[RELATÓRIO DE GESTÃO 2013]

MUNICÍPIO DE MÊDA

CIDADE DE MÊDA

Índice

1. INTRODUÇÃO 2
2. ENQUADRAMENTO MACROECONÓNICO 4
3. ANÁLISE DA EXECUÇÃO ORÇAMENTAL 6
3.1 ANÁLISE GLOBAL 8
3.1.1 ESTRUTURA ORÇAMENTAL 8
3.2 ORÇAMENTO 10
3.2.1 ORÇAMENTO DA RECEITA 10
3.2.1.1 EVOLUÇÃO DA RECEITA 10
3.2.1.2 RECEITAS CORRENTES 11
3.2.1.3 RECEITAS DE CAPITAL 12
3.2.2 ORÇAMENTO DA DESPESA 14
3.2.2.1 EVOLUÇÃO DA DESPESA 14
3.2.2.2 DESPESA CORRENTE 14
3.2.2.3 DESPESA DE CAPITAL 16
3.3 GRANDES OPÇÕES DO PLANO 17
4. INDICADORES GERAIS DE ACTIVIDADE 19
4.1 ANÁLISE DA SITUAÇÃO ECONÓMICA 20
4.1.1 SITUAÇÃO FINANCEIRA 21
4.1.1.1 BALANÇO 21
4.1.1.2 DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS 22
4.1.1.2.1 RESULTADOS OPERACIONAIS 22
4.1.1.2.2 RESULTADOS FINANCEIROS 22
4.1.1.2.3 RESULTADOS EXTRAORDINÁRIOS 23
4.1.1.2.4 RESULTADO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO 23
4.1.1.3 ENDIVIDAMENTO 23
4.1.1.3.1 DÍVIDAS DE TERCEIROS 24
4.1.1.3.2 DÍVIDAS A TERCEIROS 25
5. PROPOSTA DE APLICAÇÃO DO RESULTADO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO 25
6. FACTORES RELEVANTES OCORRIDOS APÓS O TERMO DO EXERCÍCIO 25

1. INTRODUÇÃO

De acordo com a alínea i), do número 1, do artigo 33.º do Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na sua redação atual, foram elaborados os documentos de prestação de contas, relativos ao ano económico de 2013, tendo em vista a votação e respetiva aprovação por parte da Assembleia Municipal, de acordo com o estabelecido na alínea l), do número 2, do artigo 25.º, da citada Lei e posteriormente submetido ao controlo jurisdicional do Tribunal de Contas e o controlo administrativo de verificação da legalidade por parte dos órgãos de tutela da Administração Pública Central.

Por outro lado, tendo em conta o preceito legal estabelecido no artigo 76.º, da Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro (Lei das Finanças Locais) e no n.º 2, do ponto 2, das Considerações Técnicas do Decreto-Lei n.º 54-A/99, de 22 de Fevereiro (POCAL — Plano Oficial de Contabilidade das Autarquias Locais), elaborou-se o presente *Relatório de Gestão e Contas* relativo ao ano económico de 2013.

Os principais objetivos deste Relatório são então:

- Aferir a qualidade da gestão municipal, através da avaliação dos resultados e do grau de eficiência e eficácia da afetação de recursos aos objetivos realizados;
- Explicitar os níveis de execução conseguidos referenciando-os aos aspetos mais relevantes da atividade financeira municipal, no que respeita à sua natureza económica e financeira, nos domínios das receitas, das despesas e da tesouraria;
- Apresentar a situação económica relativa ao exercício, analisando a evolução da gestão nos diferentes sectores de atividade da Autarquia, designadamente no que respeita ao investimento, dívidas de curto, médio e longo prazos, financiamento externo e condições de funcionamento;
- Analisar a situação financeira da Autarquia do ponto de vista patrimonial, considerando o Balanço final de 2013 e a Demonstração de Resultados.

De Acordo com o princípio orçamental de anualidade, os montantes previstos no Orçamento Municipal são anuais, coincidindo o ano económico com o ano civil. Com o fim do ano surge a necessidade de se proceder ao encerramento das contas, não só para apurar o valor global das receitas arrecadadas e das despesas realizadas, mas também para poder comparar e avaliar a justeza das previsões efetuadas e os níveis de execução orçamental.

O atual sistema contabilístico das autarquias locais, estabelecido pelo Decreto-Lei n.º 54-A/99, de 22 de Fevereiro – Plano Oficial de Contabilidade das Autarquias Locais (POCAL), determina que um dos documentos de prestação de contas é o relatório de gestão, pelo que o presente documento, constitui o Relatório de Gestão referente ao ano de 2013.

Pretende-se que seja um instrumento de apoio à gestão autárquica, pela possibilidade de rapidamente e de forma simples dar as informações, que se julgam ser suficientes à avaliação global e acompanhamento da situação financeira tanto no domínio orçamental como económico e financeiro. Trata-se de um importante meio de análise de resultados e verificação do grau de eficiência e eficácia da afetação dos recursos aos objetivos realizados.

Os Documentos Previsionais de 2013 foram elaborados de acordo com os termos constantes do Decreto-Lei n.º 54-A/99, de 22 de Fevereiro e aprovados pela Assembleia Municipal de acordo com o definido pela Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na sua redação atual, bem como no cumprimento das regras orçamentais e contabilísticas definidas no POCAL traduzidas em regras previsionais e princípios orçamentais.

A execução dos Documentos Previsionais, da competência da Câmara Municipal e do Presidente da Câmara, com superintendência na execução das deliberações da Câmara e da Assembleia Municipal, consubstanciou-se no desenvolvimento das ações necessárias à arrecadação de receitas previstas e à realização das despesas inscritas no Orçamento, visando alcançar os objetivos fixados nas Grandes Opções do Plano, sempre no cumprimento dos princípios a considerar na execução orçamental.

Assim e nos termos do artigo 6.º, do POCAL, são apresentados como documentos de Prestação de Contas:

a) Mapa de Execução Orçamental da Despesa
b) Mapa de Execução Orçamental da Receita
c) Mapa de Execução Anual do Plano Plurianual de Investimentos
d) Mapa de Fluxos de Caixa
e) Mapa de Operações de Tesouraria
f) Balanço

g) Demonstração de Resultados

h) Anexos às Demonstrações Financeiras

i) Relatório de Gestão.

Na execução do Orçamento de 2013 não foi respeitado o princípio do equilíbrio orçamental reportado à conta que agora se apresenta, embora se executaram todas as receitas e despesas dentro dos formalismos legais exigidos, de acordo com as regras contabilísticas fixadas nos termos legais.

Saliente-se que a percentagem de execução orçamental da receita rondou os 98,85% e da despesa rondou os 89,54%, valor totalmente aceitável e que representa um estímulo ao Executivo para continuar a elaborar documentos previsionais rigorosos e os mais realistas possível.

Acresce ainda referir que os mapas e quadros a seguir apresentados enriquecem uma análise financeira e patrimonial embora eminentemente técnica de um ponto de vista dinâmico, justificando-se as variações de dotações, das disponibilidades e integrando-as na apreciação global das contas.

Por outro lado e embora a contabilidade de custos seja obrigatória (Ponto 2.8.3.1 do POCAL) para o apuramento dos custos das funções e dos custos subjacentes à fixação de tarifas e preços dos bens e serviços, aquela não foi ainda implementada com o rigor que lhe está subjacente, em virtude da complexidade que tal envolve.

2. ENQUADRAMENTO MACROECONÓNICO

Durante o ano de 2013, assistiu-se a uma melhoria do nível de confiança dos consumidores e dos vários agentes económicos, resultado da situação económica, com perspetivas mais positivas da situação financeira do país e das famílias.

De acordo com o relatório World Economic Outlook do Fundo Monetário Internacional, publicado em Outubro de 2013, a economia mundial terá registado um crescimento do Produto Interno Bruto de 2,9% em 2013, ligeiramente abaixo dos 3,2% verificados em 2012. A Zona Euro registou uma contração do PIB de 0,4%, uma ligeira

melhoria de 20 p.b. face ao ano anterior, tendo crescido apenas no segundo trimestre de 2013, após seis trimestres em queda. A pressão de inflação foi, em geral, moderada. Consistente com o abrandamento da atividade económica, a inflação diminuiu nas economias emergentes e em desenvolvimento.

Segundo o Boletim de Inverno do Banco de Portugal, a contração económica terá sido de 1,5% em 2013, após uma redução de 3,0% em 2012. A procura interna (-2,7%), nomeadamente no que se refere ao consumo privado (-2,0%) e ao consumo público (-1,5%) continuou a ser condicionada pelo processo de ajustamento da economia portuguesa, através do Programa de Assistência Económica e Financeira. Para a redução da procura interna, contribuiu também uma forte redução do investimento (-8,4%). O dinamismo das exportações nos anos mais recentes traduziu-se em ganhos de quota de mercado significativos, parcialmente explicado por uma diversificação de mercados, permitindo que as exportações portuguesas em 2013 tivessem um desempenho mais favorável do que a maioria dos países da Zona Euro (+5,9%).

Destaca-se a redução bastante significativa da população ativa (-2,0%), reflexo dos elevados fluxos migratórios ocorridos nos últimos dois anos (121 mil pessoas em 2012) e da elevada taxa de desempregados de longa duração, os quais sem perspetivas de conseguir emprego e atingindo a idade da pré-reforma, optam por passar à inatividade.

Note-se que a inflação de 0,3% registada em 2013 (2,8% em 2012) resulta, em grande medida, da dissipação do impacto de algumas medidas de consolidação orçamental implementadas em 2012, como sejam o aumento da tributação indireta (IVA no gás e eletricidade) e de aumento dos preços de alguns bens e serviços sujeitos a regulação (saúde e transportes). Adicionalmente, assistiu-se à redução do preço dos bens energéticos em linha com a evolução do preço do petróleo em euros. Apesar do rendimento disponível das famílias continuar a diminuir, as incertezas quanto ao futuro fizeram aumentar a taxa de poupança para níveis históricos. O acesso ao financiamento bancário pelas famílias e empresas manteve-se bastante restrito, com os bancos a exigir elevadas taxas de risco e, muitas vezes, com necessidade de prestar garantias reais.

De acordo com as ultimas projeções do Governo, o nível de desemprego deve atingir em 2013, uma taxa anual média de 17,4% (15,7% em 2012), ainda assim significativamente abaixo das projeções iniciais. Para 2013, o Governo estima um défice das administrações públicas de 5,5% do PIB, face ao valor de 6,4% em 2012. Em 2013, a dívida das administrações públicas deve atingir 127,8% do PIB (124,1% em 2012).

O Banco Central Europeu reduziu a taxa de juro de 0,5% para 0,25%, colocando-a no seu valor mais baixo de sempre, tendo-se registado, por isso, mínimos históricos nas taxas de juro Euribor, o que permitiu às famílias com crédito bancário beneficiarem da redução dos custos médios com a prestação da casa. As taxas de juro associadas aos títulos de dívida pública portuguesa registaram uma tendência de queda ao longo do primeiro semestre de 2013 nas várias maturidades. Esta tendência inverteu-se nos primeiros meses do segundo semestre, em resultado da instabilidade política, mas viria a dissipar-se até ao final do ano.

O comportamento da economia foi melhor do que a maioria das previsões das entidades oficiais, essencialmente devido ao comportamento da procura interna no segundo semestre, o que permitiu a criação líquida de emprego nos últimos meses do ano, quebrando o ciclo de sucessivos crescimentos da taxa de desemprego observados desde 2008.

3. ANÁLISE DA EXECUÇÃO ORÇAMENTAL

A presente análise orçamental procura dar conta da execução das receitas e das despesas, permitindo assim acompanhar de forma sintética todo o processo de arrecadação das receitas e de realização das despesas. Os valores respeitantes à execução orçamental do exercício económico de 2013 encontram-se resumidos no quadro que a seguir se apresenta, verificando-se que a receita global ascendeu a €12.058.184,82, dos quais €11.399.224,92 provêm de receitas orçamentais e €658.959,90 correspondem à entrada de fundos por Operações de Tesouraria.

Analisando da mesma forma a despesa, constata-se que a despesa global paga ascendeu a €11.611.001,79, existindo um saldo inicial de €1.017.886,56, transitando para a gerência seguinte o montante de €1.465.069,59.

Composição	Operações orçamentais	Operações não orçamentais	Total
	em euros	em euros	em euros
Saldo da gerência anterior	**636.730,18**	**381.156,38**	**1.017.886,56**
Receitas	11.399.224,92	658.959,90	12.058.184,82
Despesas	10.891.971,00	719.030,79	11.611.001,79
Saldo para a gerência seguinte	**1.143.984,10**	**321.085,49**	**1.465.069,59**

O índice de realização da receita, referente ao ano de 2013, foi de 98,85% e o da despesa de 89,54%, tendo por sua vez o Plano Plurianual de Investimentos apresentado um coeficiente de realização de 84,89% o que correspondeu a um montante de €10.993.089,93.

No que concerne às Contas de Ordem em 2013, regista-se um montante de entradas correspondente a €96.888,78 e um montante de saídas de €507.641,49,92. O saldo inicial totalizou um valor de €1.822.053,74 e o saldo final apresentado é de €1.411.301,03.

O Balanço, à data de 31 de Dezembro, indicou o seguinte:

Composição	Valor
	em euros
Ativo	45.618.172,18
Fundos Próprios	21.074.858,96
Passivo	24.248.340,49
Resultado Líquido do Exercício	**294.972,73**

3.1 ANÁLISE GLOBAL

3.1.1 ESTRUTURA ORÇAMENTAL

A comparação entre o Orçamento Final e o Executado permite aferir da fiabilidade do orçamento apresentado e da capacidade financeira da sua execução em face do volume de receitas efetivamente arrecadado.

Analisando o quadro seguinte e comparando os valores previstos no Orçamento Inicial com os montantes executados da receita e da despesa, obtêm-se as variações a seguir apresentadas, em termos absolutos, mostrando uma taxa de execução da Receita e da Despesa de 98,85% e 89,54% respetivamente.

Estes rácios traduzem assim a capacidade de realização das receitas e das despesas programadas, dado que a taxa referente às despesas é calculada com base nos valores efetivamente pagos (execução financeira) e a da receita a efetivamente cobrada.

Composição	Orçamento Final		Execução		Desvio	Grau de Execução
	€	%	€	%	€	%
Receitas correntes	6.318.932,00	54,82%	6.306.434,74	55,38%	-12.497,26	**99,80%**
Receitas de capital	5.208.573,00	45,18%	5.081.103,62	44,62%	-127.469,38	**97,55%**
Outras receitas	69,00	0,00%	0,00	0,00%	-69,00	**0,00%**
Total da Receita	**11.527.574,00**	**100**	**11.387.538,36**	**100**	**-140.035,64**	**98,79%**
Despesas correntes	8.553.721,00	70,32%	7.815.220,13	71,75%	-738.500,87	**91,37%**
Despesas de capital	3.610.583,00	29,68%	3.076.750,87	28,25%	-533.832,13	**85,21%**
Total da Despesa	**12.164.304,00**	**100**	**10.891.971,00**	**100**	**-1.272.333,00**	**89,54%**

No campo das receitas, verifica-se que a sua cobrança registou um desempenho considerável, nomeadamente ao nível das Receitas Correntes que atingiram €6.306.434,74, correspondendo uma taxa de execução de 99,8%. As Receitas de Capital registaram um desempenho menos eficaz, atingindo uma taxa de execução de 97,55%.

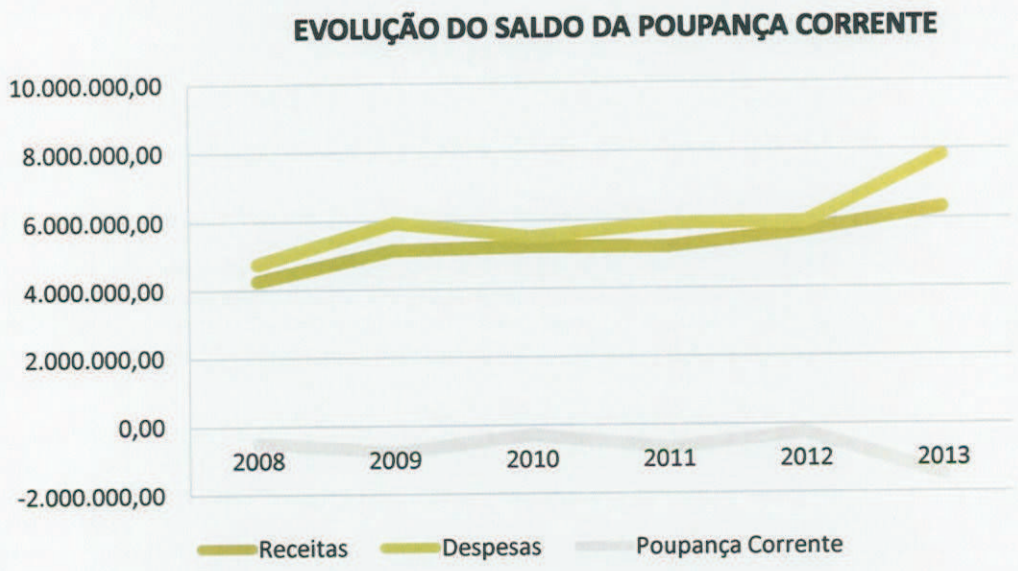
Quanto ao agregado da despesa, constata-se que as Despesas Correntes tiveram um nível de execução de 91,36%, enquanto as Despesas de Capital apresentaram uma taxa de realização inferior de 85,21%.

O quadro que a seguir se apresenta permite fazer uma análise comparativa da estrutura e evolução da Receita e Despesa no período entre 2008 e 2013, bem como a evolução da respetiva poupança corrente.

	Receitas			Despesas			
Anos	Correntes	Capital	Total	Correntes	Capital	Total	Poupança Corrente
2008	4.251.575,25	3.916.350,74	8.167.925,99	4.744.559,46	3.399.058,28	8.143.617,74	-492.984,21
2009	5.138.717,64	6.888.937,29	12.027.654,93	5.939.685,06	6.116.903,37	12.056.588,43	-800.967,42
2010	5.218.281,16	3.390.575,87	8.608.857,03	5.509.584,45	3.087.501,88	8.597.086,33	-291.303,29
2011	5.200.107,61	5.153.627,08	10.353.734,69	5.885.755,43	4.038.215,32	9.923.970,75	-685.647,82
2012	5.644.938,56	4.279.503,46	9.924.442,02	5.916.313,90	3.833.218,13	9.749.532,03	-271.375,34
2013	6.306.434,74	5.081.103,62	11.387.538,36	7.815.220,13	3.076.750,87	10.891.971,00	-1.508.785,39

O princípio do equilíbrio orçamental consagrado na alínea e) do ponto 3.1.1 do POCAL, determina que "*o orçamento prevê os recursos necessários para cobrir todas as despesas, e as Receitas Correntes devem ser pelo menos, iguais as Despesas Correntes*".

Conforme se demonstra no mapa anterior, o Município da Mêda, tem vindo a registar receitas correntes insuficientes para fazer face às despesas do mesmo tipo. Apesar dos esforços do atual executivo em reduzir os custos associados à estrutura da Câmara Municipal, em 2013 não foi possível corrigir este desequilíbrio. Para além da situação estrutural da autarquia outros fatores contribuíram decisivamente para o não cumprimento da referida disposição, nomeadamente os encargos da dívida e ainda o fato da Câmara Municipal não transferir para os consumidores a totalidade dos valores inerentes ao serviço de Água, Saneamento e Recolha de Resíduos Sólidos Urbanos.



3.2 ORÇAMENTO

No presente capítulo é feita a análise do desempenho da Receita e da Despesa, tomando-se como referência a apreciação da estrutura orçamental e sua evolução.

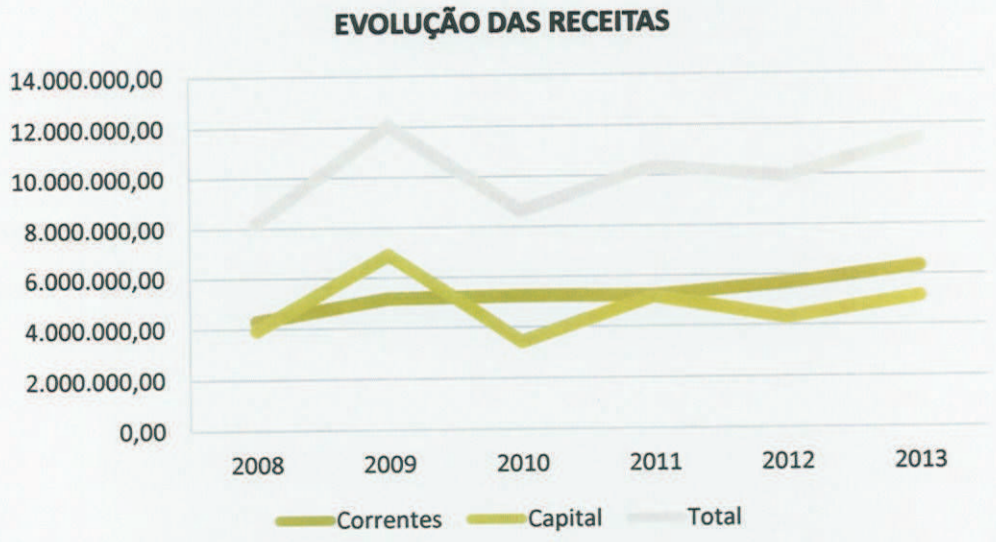
Para uma avaliação mais pormenorizada da execução do Orçamento, apresentam-se no capítulo CONTAS, anexo a este relatório, os mapas do Controlo Orçamental da Receita e da Despesa.

Tendo presente que as fontes de financiamento próprias da Autarquia são manifestamente insuficientes para custear toda a atividade desenvolvida e por outro lado o fato de estar fortemente dependente, quer dos fundos provenientes da Administração Central quer comunitários, é importante referir que os resultados da execução orçamental estão fortemente dependentes de fontes de financiamento externo (estatais e comunitárias).

3.2.1 ORÇAMENTO DA RECEITA

3.2.1.1 EVOLUÇÃO DA RECEITA

O gráfico que a seguir se apresenta permite visualizar a evolução global do agregado das receitas, bem como o comportamento de cada uma das suas componentes económicas: Receitas Correntes e Receitas de Capital.



O gráfico mostra que as Receitas Totais tiveram um aumento, em 2013, para €11.387.538,36. A arrecadação das Receitas Correntes aumentou relativamente ao ano de 2012, reforçando o peso em relação à Receita Total.

3.2.1.2 RECEITAS CORRENTES

As Receitas Correntes, pela sua natureza, têm uma função importante na gestão financeira da autarquia, uma vez que se trata de um fluxo monetário relativamente estável.

As receitas correntes atingiram uma execução de 99,80%, proporcionando uma base de consistência para o funcionamento de um conjunto de despesas obrigatórias e fundamentais para o regular funcionamento dos serviços e da atividade da Autarquia.

A estrutura e execução da receita corrente encontra-se apresentada no quadro seguinte, destacam-se os impostos diretos (IMI, IMV e IMT), as transferências correntes (FEF, FSM, participação fixa do IRS) e as vendas de bens e serviços correntes, que permitiram alcançar uma **execução de 96,05% das receitas correntes**.

Composição	Orçamento Final		Execução		Desvio	Grau de Execução
	€	%	€	%	€	%
01. Impostos diretos	662.657,00	10,49%	646.889,16	10,26%	-15.767,84	**97,62%**
02. Impostos indiretos	8.920,00	0,14%	12.213,49	0,19%	3.293,49	**136,92%**
04. Taxas, multas e outras penalidades	138.434,00	2,19%	147.881,73	2,34%	9.447,73	**106,82%**
05. Transferências de propriedade	9.260,00	0,15%	7.029,45	0,11%	-2.230,55	**75,91%**
06. Transferências correntes	4.802.851,00	76,01%	4.786.366,92	75,90%	-16.484,08	**99,66%**
07. Vendas de bens e serviços correntes	654.261,00	10,35%	624.280,26	9,90%	-29.980,74	**95,42%**
08. Outras receitas correntes	42.549,00	0,67%	81.773,73	1,30%	39.224,73	**192,19%**
Total das Receitas correntes	**6.318.932,00**	**100%**	**6.306.434,74**	**100%**	**-12.497,26**	**99,80%**

Também se pode verificar índices de realização superiores a 100% em Impostos Indiretos, Taxas, Multas e Outras Penalidades e Outras Receitas Correntes. O valor do índice de execução, bastante satisfatório relativamente às expectativas traçadas aquando da elaboração do Orçamento para o exercício de 2013, revela uma rigorosa previsão das receitas correntes e também é um reflexo do estrito cumprimento das regras previsionais previstas no POCAL.

O quadro seguinte, permite visualizar a evolução e capacidade de execução das Receitas Correntes no período considerado.

	2008	2009	2010	2011	2012	2013
Receita Prevista	5.302.099,75	6.734.205,50	7.194.913,00	6.903.943,00	7.185.833,00	6.318.932,00
Receita Executada	4.251.575,25	5.138.717,64	5.218.281,16	5.200.107,61	5.644.938,56	6.306.434,74
% Execução	**80,19%**	**76,31%**	**72,53%**	**75,32%**	**78,56%**	**99,80%**

3.2.1.3 RECEITAS DE CAPITAL

O núcleo das Receitas de Capital é constituído essencialmente por Transferências de Capital e Passivos Financeiros, representando na sua globalidade 100%.

Composição	Orçamento Final		Execução		Desvio	Grau de Execução
	€	%	€	%	€	%
09. Venda de bens de investimento	4.588,00	0,09%	13.502,00	0,27%	8.914,00	**294,29%**
10. Transferências de capital	1.192.036,00	22,89%	1.067.601,62	21,01%	-124.434,38	**89,56%**
12. Passivos financeiros	4.000.000,00	76,80%	4.000.000,00	78,72%	0,00	**100,00%**
13. Outras receitas de capital	11.949,00	0,23%	0,00	0,00%	-11.949,00	**0,00%**
Total das Receitas de capital	**5.208.573,00**	**100%**	**5.081.103,62**	**100%**	**-127.469,38**	**97,55%**

O quadro evidência de uma forma clara que as Transferências de Capital representam a principal origem de financiamento, sendo 89,56% das Receitas Totais da autarquia Tal dimensão resultou, fundamentalmente, das transferências do Orçamento de Estado (Fundo de Equilíbrio Financeiro), bem como dos financiamentos do exterior, que vieram possibilitar o financiamento de investimentos. De salientar, que os passivos financeiros correspondem ao montante do empréstimo relativo ao Saneamento Financeiro.

No entanto, a receita de capital apresentou um grau de execução de 97,55%, à inicialmente prevista.

Os quadros e gráficos que a seguir se apresentam mostram a evolução e capacidade de execução das receitas de capital desde 2008.

	2008	2009	2010	2011	2012	2013
09. Venda de bens de investimento	6.300,00	3.732,36	0,00	5.424,23	3.750,00	13.502,00
10. Transferências de capital	3.410.050,74	2.980.204,93	3.390.575,87	5.131.027,01	4.269.032,79	1.067.601,62
12. Passivos financeiros	500.000,00	3.905.000,00	0,00	0,00	0,00	4.000.000,00
13. Outras receitas de capital	0,00	0,00	0,00	17.175,84	6.720,67	0,00
Total das Receitas de capital	**3.916.350,74**	**6.888.937,29**	**3.390.575,87**	**5.153.627,08**	**4.279.503,46**	**5.081.103,62**

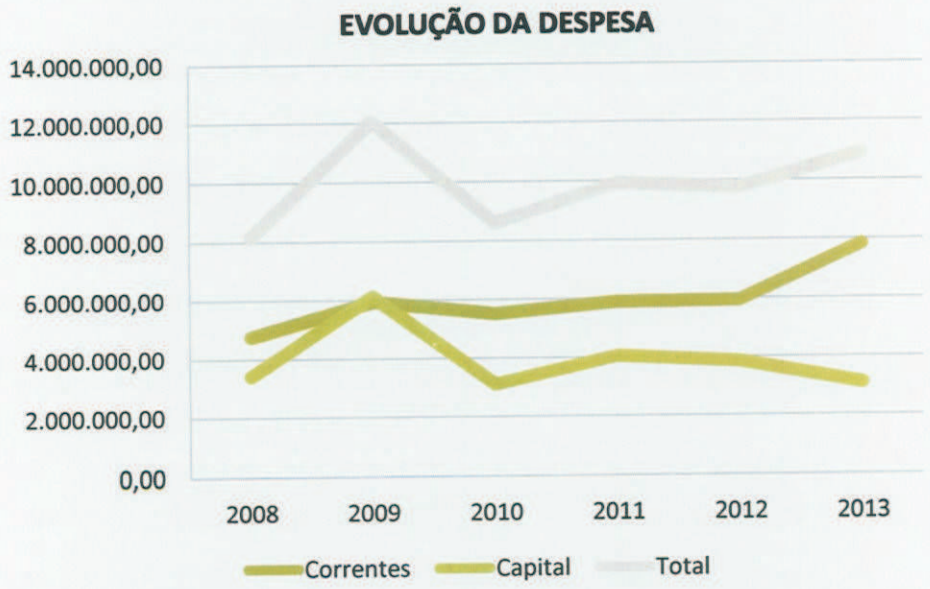
	2008	2009	2010	2011	2012	2013
Receita Prevista	11.792.636,00	13.809.299,00	8.434.529,00	8.938.500,00	7.029.451,00	5.208.573,00
Receita Executada	3.916.350,74	6.888.937,29	3.390.575,87	5.153.627,08	4.279.503,46	5.081.103,62
% Execução	**33,21%**	**49,89%**	**40,20%**	**57,66%**	**60,88%**	**97,55%**

3.2.2 ORÇAMENTO DA DESPESA

3.2.2.1 EVOLUÇÃO DA DESPESA

A despesa global realizada foi de €10.891.971,00, traduzindo uma taxa de execução orçamental de 89,54%, superior ao registado no ano de 2012 (66,45%).

O gráfico que se segue mostra a evolução da Despesa Corrente e de Capital, verificando-se que a Despesa Corrente paga é o agregado que detém o maior peso na estrutura da despesa municipal.



3.2.2.2 DESPESA CORRENTE

A estrutura e a execução da Despesa Corrente encontram-se apresentadas no quadro seguinte, onde se pode analisar o peso das suas componentes, bem como a respetiva execução. Comparando a estrutura do Orçamento Final com a sua efetiva realização, constata-se que as Despesas Correntes evidenciaram um índice de execução de 91,37%.

Composição	Orçamento Final		Execução		Desvio	Grau de Execução
	€	%	€	%	€	%
01. Despesas com o pessoal	3.082.973,00	36,06%	3.010.817,03	38,53%	-72.155,97	**97,66%**
02. Aquisição de bens e serviços	4.505.882,00	52,70%	3.923.435,01	50,20%	-582.446,99	**87,07%**
03. Juros e outros encargos	446.505,00	5,22%	429.408,00	5,49%	-17.097,00	**96,17%**
04. Transferências correntes	406.806,00	4,76%	354.591,89	4,54%	-52.214,11	**87,16%**
05. Subsídios	66.285,00	0,78%	56.924,00	0,73%	-9.361,00	**85,88%**
06. Outras despesas correntes	42.070,00	0,49%	40.044,20	0,51%	-2.025,80	**95,18%**
Total da Despesa corrente	**8.550.521,00**	**100%**	**7.815.220,13**	**100%**	**-735.300,87**	**91,40%**

O quadro evidencia a importância das Despesas com Pessoal, as quais representam 38,53% do total das Despesas Correntes, que em conjunto com as Aquisições de Bens e Serviços realizaram uma despesa no montante de €6.934.252,04 representando 88,73% da Despesa Corrente Total.

Quanto às restantes rubricas, os Juros e outros encargos corresponderam a 5,49% das Despesas Correntes e 3,94% da Despesa total, parcela ainda significativa, pois ascendeu a €429.408,00. A evolução e capacidade de execução das Despesas Correntes estão patenteadas nos quadros que a seguir se apresentam.

	2008	2009	2010	2011	2012	2013
01. Despesas com o pessoal	2.121.128,33	2.877.607,05	3.091.004,49	2.860.696,80	2.383.417,63	3.010.817,03
02. Aquisição de bens e serviços	1.994.595,14	2.216.739,55	1.629.847,53	2.095.124,54	2.524.134,67	3.923.435,01
03. Juros e outros encargos	1.576,39	72.570,44	56.534,74	91.011,46	244.991,62	429.408,00
04. Transferências correntes	138.205,48	264.687,88	241.656,83	214.882,19	219.488,57	354.591,89
05. Subsídios	466.074,55	482.124,92	461.235,41	578.304,92	472.522,13	56.924,00
06. Outras despesas correntes	22.979,57	25.955,22	29.305,45	45.735,52	71.759,28	40.044,20
Total da Despesa Corrente	**4.744.559,46**	**5.939.685,06**	**5.509.584,45**	**5.885.755,43**	**5.916.313,90**	**7.815.220,13**

	2008	2009	2010	2011	2012	2013
Despesa Prevista	5.309.929,00	6.766.343,00	7.194.713,00	6.924.021,18	7.452.170,00	8.550.521,00
Despesa Executada	4.744.559,46	5.939.685,06	5.509.584,45	5.885.755,43	5.916.313,90	7.815.220,13
% Execução	**89,35%**	**87,78%**	**76,58%**	**85,00%**	**79,39%**	**91,40%**

3.2.2.3 DESPESA DE CAPITAL

O quadro seguinte permite observar a desagregação das Despesas de Capital, indicando para as respetivas dotações orçamentais, o volume da despesa paga e respetiva taxa de execução do ano económico transato.

Composição	Orçamento Final		Execução		Desvio	Grau de Execução
	€	%	€	%	€	%
07. Aquisição de bens de capital	2.219.043,00	61,46%	1.769.672,50	57,52%	-449.370,50	**79,75%**
08. Transferências de capital	225.240,00	6,24%	142.000,00	4,62%	-83.240,00	**63,04%**
10. Passivos financeiros	1.166.300,00	32,30%	1.165.078,37	37,87%	-1.221,63	**99,90%**
Total da Despesa de Capital	**3.610.583,00**	**100%**	**3.076.750,87**	**100%**	**-533.832,13**	**85,21%**

A totalidade das Despesas de Capital realizadas ascendeu a €3.076.750,87, refletindo uma taxa de execução de 85,21%. A rubrica Aquisição de Bens de Capital, onde estão incluídas as obras públicas, representa 57,52% do total das Despesas de Capital, registando uma taxa de execução de 79,75%, o que significa que foi a componente que maior dotação de recursos absorveu.

Os quadros seguintes permitem visualizar a evolução das Despesas de Capital, bem como a sua capacidade de execução no período considerado.

	2008	2009	2010	2011	2012	2013
07. Aquisição de bens de capital	3.068.586,34	5.073.247,59	2.585.074,88	3.537.170,29	3.380.479,23	1.769.672,50
08. Transferências de capital	330.471,94	434.128,70	258.027,00	256.625,00	227.190,00	142.000,00
10. Passivos financeiros	-	500.000,00	194.400,00	194.400,00	225.548,90	1.165.078,37
Total da Despesa de Capital	**3.399.058,28**	**6.116.903,37**	**3.087.501,88**	**4.038.215,32**	**3.833.218,13**	**3.076.750,87**

	2008	2009	2010	2011	2012	2013
Despesa Prevista	11.793.136,00	13.809.799,00	8.436.229,00	8.939.000,00	7.220.451,00	3.610.583,00
Despesa Executada	3.399.058,28	6.116.903,37	3.087.501,88	4.038.215,32	3.833.218,13	3.076.750,87
% Execução	28,82%	44,29%	36,60%	45,18%	53,09%	85,21%

3.3 GRANDES OPÇÕES DO PLANO

A execução das Grandes Opções da Plano representa o quadro de desenvolvimento da intervenção municipal e apresenta-se organizada por objetivos, programas, projetos e ações. É parte integrante deste documento o Mapa de Execução do Plano Plurianual de Investimentos e Atividades mais Relevantes.

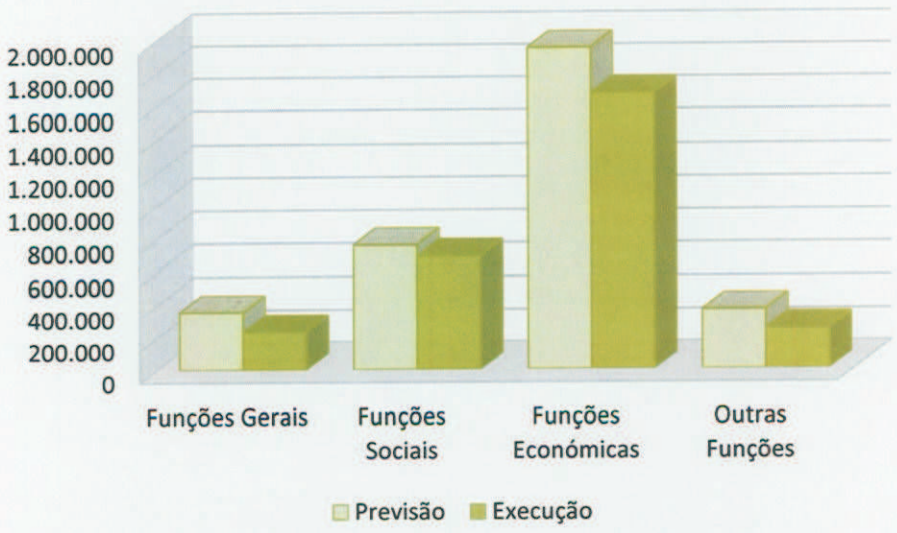
Assim, no mapa que a seguir se apresenta, evidencia-se a estrutura do Plano Plurianual de Investimentos e Atividades mais Relevantes, por classificação funcional, comparando-se o valor realizado com o valor orçamentado.

Código	Classificação Funcional	Orçamento Final		Execução		Grau de Execução
		€	%	€	%	%
1.	**Funções Gerais**	**359.937**	**10,44%**	**239.160**	**8,36%**	**66,44%**
1.1.	**Serviços Gerais de Administração Pública**	**332.410**	**9,65%**	**216.660**	**7,57%**	**65,18%**
1.1.1	Administração geral	332.410	9,65%	216.660	7,57%	65,18%
1.2.	**Segurança e ordem públicas**	**27.527**	**0,80%**	**22.500**	**0,79%**	**81,74%**
1.2.0	Segurança e ordem pública	1.484	0,04%	0	0,00%	0,00%
1.2.1	Proteção civil e luta contra incêndios	26.043	0,76%	22.500	0,79%	86,40%
2.	**Funções Sociais**	**762.036**	**22,11%**	**693.920**	**24,25%**	**91,06%**
2.1.	**Educação**	**261.963**	**7,60%**	**258.503**	**9,04%**	**98,68%**
2.1.1	Ensino não superior	3.263	0,09%	3.231	0,11%	99,03%
2.1.2	Serviços auxiliares de ensino	258.700	7,51%	255.272	8,92%	98,67%
2.3.	**Segurança e Acão Sociais**	**25.001**	**0,73%**	**25.000**	**0,87%**	**100,00%**
2.3.2	Acão social	25.001	0,73%	25.000	0,87%	100,00%
2.4.	**Habitação e Serviços Coletivos**	**231.658**	**6,72%**	**220.956**	**7,72%**	**95,38%**
2.4.1	Habitação	1	0,00%	0	0,00%	0,00%
2.4.2	Ordenamento do território	181.156	5,26%	173.483	6,06%	95,76%
2.4.3	Saneamento	2.000	0,06%	266	0,01%	13,28%
2.4.4	Abastecimento de água	4.500	0,13%	3.950	0,14%	87,78%
2.4.5	Resíduos sólidos	4.000	0,12%	3.567	0,12%	89,18%
2.4.6	Proteção do meio ambiente e conservação da natureza	40.001	1,16%	39.690	1,39%	99,22%
2.5.	**Serviços Culturais, Recreativos e Religiosos**	**243.414**	**7,06%**	**189.461**	**6,62%**	**77,83%**

2.5.1	Cultura	18.825	0,55%	18.681	0,65%	99,23%
2.5.2	Desporto, recreio e lazer	224.089	6,50%	170.780	5,97%	76,21%
2.5.3	Outras atividades cívicas e religiosas	500	0,01%	0	0,00%	0,00%
3.	**Funções Económicas**	**1.954.399**	**56,71%**	**1.673.942**	**58,51%**	**85,65%**
3.2.0	**Indústria e energia**	**2.602**	**0,08%**	**0**	**0,00%**	**0,00%**
3.2.2	Iluminação pública	481.136	13,96%	371.348	12,98%	77,18%
3.3.	**Transportes e Comunicações**	**1.422.195**	**41,27%**	**1.266.010**	**44,25%**	**89,02%**
3.3.1	Transportes rodoviários	1.422.195	41,27%	1.266.010	44,25%	89,02%
3.4.	**Comércio e Turismo**	**48.466**	**1,41%**	**36.584**	**1,28%**	**75,48%**
3.4.1	Mercados e feiras	15.866	0,46%	10.749	0,38%	67,75%
3.4.2	Turismo	32.600	0,95%	25.835	0,90%	79,25%
4.	**Outras Funções**	**370.041**	**10,74%**	**253.951**	**8,88%**	**68,63%**
4.2.0	**Transferências entre administrações**	**370.041**	**10,74%**	**253.951**	**8,88%**	**68,63%**
	TOTAL	3.446.413	100,00%	2.860.973	100,00%	83,01%

Na execução anual das grandes opções do plano, pode verificar-se a situação financeira real de cada projeto à data de 31 de Dezembro de 2013, analisando-se apenas os valores referentes aos investimentos programados e executados. Relativamente à execução anual refira-se que o nível de execução nos diversos objetivos oscilou entre os 66,44% e 91,06%, registando-se uma execução global de 83,01%.

EXECUÇÃO ANUAL DAS GOP'S



4. INDICADORES GERAIS DE ACTIVIDADE

A elaboração dos indicadores/rácios de gestão e de atividade exige uma utilização bastante cuidadosa, uma vez que não existem definições normalizadas e uniformizadas e, por outro lado, traduzem apenas dados quantitativos e não qualitativos.

A interpretação destes indicadores deve ter em conta as especificidades do Município, também a rendibilidade do capital próprio tem que ser efetuada na perspetiva de que os Municípios visão prosseguir os interesses próprios das populações respetivas (Constituição República Portuguesa).

Apresenta-se a evolução do Município de Mêda, nos últimos anos através da análise de alguns rácios.

Rácios de estrutura - permitem evidenciar o peso de certos elementos da receita ou da despesa no total das receitas ou das despesas, convém refletir o peso das receitas relativas aos impostos diretos, aos fundos municipais correntes e de capital, aos fundos comunitários, à venda de bens e serviços, aos passivos financeiros, entre outros;

	RÁCIOS DE ESTRUTURA (%)	2008	2009	2010	2011	2012	2013
1	**Impostos diretos / Receitas correntes**	8,54%	8,05%	8,05%	8,69%	8,62%	7,72%
2	**Transferências correntes / Receitas correntes**	79,18%	80,61%	80,33%	76,25%	66,71%	75,90%
3	**Transferências capital / Receitas de capital**	87,07%	43,26%	100,00%	99,56%	99,76%	21,01%
4	**Passivos financeiros / Receitas de capital**	12,77%	56,69%	109,44%	68,23%	76,89%	22,93%
5	**Receitas correntes / Receitas totais**	52,00%	42,61%	60,61%	50,13%	54,38%	52,45%

Rácios de gestão – permitem evidenciar a relação entre receitas e despesas correntes e de capital, analisamos também o peso das despesas de pessoal relacionadas com o total das receitas e despesas correntes.

	RÁCIOS DE GESTÃO (%)	2008	2009	2010	2011	2012	2013
6	**Despesas correntes / Receitas correntes**	111,60%	115,59%	105,58%	113,19%	104,81%	123,92%
7	**Despesas capital / Receitas de capital**	86,79%	88,79%	91,06%	78,36%	89,57%	60,55%
8	**Pessoal / Receitas correntes**	49,89%	56,00%	59,23%	55,01%	42,22%	47,74%
9	**Pessoal / Despesas correntes**	44,71%	48,45%	56,10%	48,60%	40,29%	38,53%

Rácios de investimento e produtividade - traduzem o desenvolvimento das competências e atividades municipais, na prossecução do interesse público, com o objetivo da satisfação das necessidades coletivas das populações, relacionadas com as funções gerais, sociais, económicas e outras.

	RÁCIOS DE INVESTIMENTO (%)	2008	2009	2010	2011	2012	2013
10	**Investimento / Despesa capital**	90,28%	82,94%	83,73%	87,59%	88,19%	57,52%
11	**Investimento / Despesa total**	37,68%	42,08%	30,07%	35,64%	34,67%	16,25%
	RÁCIOS DE PRODUTIVIDADE	2008	2009	2010	2011	2012	2013
12	**Investimentos / Total funcionários**	21.458,65	24.627,42	15.029,51	21.970,00	22.387,28	10.348,96
13	**Receita total / Total funcionários**	56.948,38	58.527,13	49.983,06	61.639,57	64.566,44	63.695,74
14	**Despesas funcionamento / Total funcionários**	28.781,28	24.729,84	27.446,81	30.781,50	32.500,35	40.551,18

4.1 ANÁLISE DA SITUAÇÃO ECONÓMICA

Limitações

Dado que o Município no decorrer do ano 2013 ainda não adotou a contabilidade de custos, não se poderá abordar de forma apropriada, a nível da gestão, a evolução dos custos, quer ao nível das funções, atividades, quer dos bens e serviços. Por esse motivo muitos dos rácios que poderiam ser calculados e relacionados com a economia, a eficiência e eficácia, só poderão ser realizados a partir dos mapas de resultados obtidos na contabilidade de custos, desde que esta esteja devidamente implementada e a funcionar de forma organizada e consistente.

Assim a presente análise terá em conta exclusivamente o Balanço e Demonstração de Resultados.

4.1.1 SITUAÇÃO FINANCEIRA

Rácios Económico – Financeiros

Têm por referência a estrutura dos elementos do ativo, dos fundos patrimoniais e do passivo.

4.1.1.1 BALANÇO

Enquanto a execução orçamental, reflete a receita e a despesa de determinado exercício económico, através do Balanço e Demonstração de Resultados analisamos a atividade do Município ao nível patrimonial, ou seja, os seus direitos e obrigações.

O Balanço constitui um mapa financeiro de grande importância, no quadro seguinte apresenta-se resumidamente a estrutura patrimonial do Município.

Da análise do balanço, facilmente se verifica a situação financeira do Município, aliás como se demonstrou na análise orçamental anteriormente feita.

Para melhor analisar a situação económica - financeira apresentam-se indicadores que permitem avaliar a capacidade financeira no termo do exercício económico, de forma a visualizar a situação em que se encontra o Município de Mêda, comparando esses rácios com os anos 2007, 2008, 2009, 2010, 2011 e 2012.

RÁCIOS		2008	2009	2010	2011	2012	2013
Liquidez Geral	Ativo circulante / Exigível a curto prazo	24,85%	12,72%	10,68%	13,57%	20,77%	21,80%
Solvabilidade	Recursos próprios / Recursos alheios	133,57%	103,19%	94,21%	87,29%	82,27%	88,13%
Endividamento	Passivo / Ativo líquido * 100	0,43%	0,49%	0,52%	0,53%	0,55%	0,53%

Liquidez Geral permite analisar a capacidade do Município para, utilizando as suas disponibilidades de curto prazo, fazer face aos compromissos assumidos com terceiros a curto prazo, quanto mais equilibrado estiver este rácio maior será a capacidade da autarquia para pagar as dívidas a terceiros de curto prazo.

Solvabilidade traduz a posição de independência do Município face aos credores, quanto maior for, maior será a segurança dos credores em recuperar os seus créditos.

Endividamento mede a participação de capitais alheios no financiamento do Município, admitindo que quando este valor é superior a 100 as entidades se encontram em situação de falência técnica, podemos dizer que o estamos muito aquém desta situação.

4.1.1.2 DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS

O Município encerrou o exercício de 2013, com um Resultados Líquido de Exercício positivo de €294.972,73.

No quadro seguinte sintetiza-se a Demonstração de Resultados espelhando os respetivos resultados.

DESIGNAÇÃO	ANOS			
	2010	2011	2012	2013
Resultados operacionais	-889 545,44	-720 387,39	-688 131,03	132 327,52
Resultados financeiros	-108 050,14	-98 769,13	-262 464,88	-246 457,63
Resultados correntes	-997 595,58	-819 156,52	-950 595,91	-114 130,11
Resultado líquido do exercício	-821 160,21	-52 009,49	-698 057,38	294 972,73

4.1.1.2.1 RESULTADOS OPERACIONAIS

Os Proveitos operacionais estão condicionados essencialmente às vendas e prestações de serviços, impostos e taxas e sobretudo às transferências e subsídios obtidos, por outro lado verificamos que os fornecimentos e serviços externos, remunerações e amortizações do exercício também detêm um peso decisivo na estrutura dos custos operacionais, obtendo-se um valor positivo de €132.327,52.

4.1.1.2.2 RESULTADOS FINANCEIROS

Em 2013, os resultados financeiros apresentam um valor negativo de €246.457,63. Quanto aos Proveitos financeiros, são provenientes de Rendimentos em Imóveis

(Rendas Concessão EDP), juros obtidos de depósitos á ordem e os resultados líquidos das empresas municipais, não sendo suficientes para cobrirem os custos financeiros.

4.1.1.2.3 RESULTADOS EXTRAORDINÁRIOS

Ao nível dos custos que concorrem para o cálculo dos Resultados Extraordinários, as componentes que mais sobressaíram foram as Transferências de Capital.

Relativamente aos Proveitos Extraordinários evidenciam-se as Coimas e Penalidades por Contraordenação, Juros de Mora, Reembolsos de anos anteriores e Transferências de Capital.

Custos Extraordinários	Valor	Proveitos Extraordinários	Valor
Custos e Perdas Extraordinários	660 148,05	Proveitos e Ganhos Extraordinários	1 069 250,89
Total	**660 148,05**	**Total**	**1 069 250,89**

4.1.1.2.4 RESULTADO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO

Considerando os custos e proveitos totais, obtém-se um resultado positivo de €294.972,73.

4.1.1.3 ENDIVIDAMENTO

A capacidade legal de endividamento do Município revela-se dentro dos limites, não constituindo, sem qualquer tipo de limitações, fator impeditivo ao normal desenvolvimento das atividades municipais e do Concelho, tendo em conta as capacidades económicas e financeiras da Autarquia.

	DESIGNAÇÃO	MONTANTE (euros)	OBSERVAÇÕES
(1)	**Limite ao Endividamento Líquido**	**5.472.666,00**	*Art. 98.º da Lei do Orçamento de Estado para 2013, alterado pela Lei n.º 66-B/2012 de 31/12*
(2)	**Limite ao Endividamento de Médio e Longo Prazo**	**5.369.819,00**	*Art. 98.º da Lei do Orçamento de Estado para 2013, alterado pela Lei n.º 66-B/2012 de 31/12*

(3)	Capital em Dívida de Médio e Longo Prazos	6.125.572,73	Saldo credor da conta 2312 – Empréstimos de médio e longo prazos
(4)	Contribuição AM, SM E SEL para o endividamento bancário de m / l prazos	0,00	Total das contribuições AM, SM e SEL para o endividamento bancário de médio e longo prazos
(5)	Endividamento Líquido	5.704.354,75	O endividamento líquido corresponde à diferença entre passivos e ativos financeiros. Para efeitos deste apuramento, não se consideram as contas 2745, 2749 e 414.
(6)	Contribuição AM, SM E SEL para o endividamento líquido	0,00	Total das contribuições AM, SM e SEL para o endividamento líquido
(7)	Capital em Dívida Excecionando dos Limites de Endividamento	0,00	Capital em dívida de empréstimos de médio e longo prazos excecionados dos limites de endividamento municipal nos termos das alíneas a) e b) do n.º 2 do art.º 61.º da LFL e dos n.os 5 a 7 do art.º 33.º do OE/2007.
(8)	Dívidas à EDP 1988	0,00	Dívidas dos municípios à EDP, consolidadas até Dezembro de 1988 excecionados ao abrigo da alínea c) do n.º 2 do art.º 61.º da LFL (Fonte: EDP)
(9)	Capital em Dívida de Médio e Longo Prazos a Considerar	6.125.572,73	Capital em dívida de médio e longo prazos e curto prazo (quando não amortizado), excluindo montantes legalmente excecionados (9) = (3) + (4)– (7)
(10)	Endividamento Líquido a Considerar	5.704.354,75	Endividamento líquido, excluindo montantes legalmente excecionados (10) = (5) + (6) – (7) – (8)

VERIFICAÇÃO DO CUMPRIMENTO				
(A)	**Endividamento Médio e Longo Prazos**	**Excesso**	**755.753,73**	(A) = (9) – (2), nos casos em que o limite é ultrapassado
		Margem	-	
(B)	**Endividamento Líquido**	**Excesso**	**231.688,75**	(B) = (10) – (1), nos casos em que o limite é ultrapassado
		Margem	-	

Nos termos do disposto no artigo 98.º da Lei n.º 66-B/2012, de 31 de dezembro (Lei do Orçamento do Estado para 2013), os limites de endividamento líquido para cada município em 2013, não podem exceder o que existia em 31 de dezembro de 2012.

4.1.1.3.1 DÍVIDAS DE TERCEIROS

	2009	2010	2011	2012	2013
Curto de prazo	366 248	357 528	309 589	133 759	122 192
Médio e longo prazo	0	0	0	0	0
TOTAL	**366 248**	**357 528**	**309 589**	**133 759**	**122 192**

4.1.1.3.2 DÍVIDAS A TERCEIROS

	2009	2010	2011	2012	2013
Curto de prazo	3 374 029	3 736 042	4 055 977	2 836 380	1 688 381
Médio e longo prazo	0	3 905 000	3 710 600	3 032 588	5 996 973
TOTAL	**3 374 029**	**7 641 042**	**7 766 577**	**5 868 968**	**7 685 354**

5. PROPOSTA DE APLICAÇÃO DO RESULTADO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO

De acordo com a demonstração financeira do ano 2013, o resultado líquido do exercício foi de €294.972,73 positivo, valor que se encontra evidenciado tanto no Balanço como na Demonstração de Resultados.

O POCAL (ponto 2.7.3) aprovado pelo Decreto-Lei n.º 54-A/99, de 11 de Fevereiro, nada define para um resultado líquido do exercício positivo assim e porque a conta de 59 – Resultados transitados acolhe os resultados líquidos (positivos ou negativos) do exercício anterior, propõe-se a aplicação de resultados seguinte:

> Que o resultado líquido do exercício, positivo no valor de €294.972,73, seja transferido para a conta 59 – "Resultados Transitados", e que ai se mantenha na expectativa de obter um resultado liquido positivo, que compense o prejuízo verificado no ano.

6. FACTORES RELEVANTES OCORRIDOS APÓS O TERMO DO EXERCÍCIO

Não se verificaram factos relevantes após o termo do exercício que possam ter afetado as atividades do Município, tendo em conta a atividade desenvolvida no ano 2013.